

**AO JUÍZO DA Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXX**

Autos da ação de conhecimento n. XXXXXXXX

EXEQUENTE: **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

EXECUTADO: **FULANO DE TAL**

ADVOGADO: **FULANO DE TAL, OAB/RJ XXXXX**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF XXXXXXXXXXx, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio do subscritor desta, com base nos artigos 523 e seguintes do Código de Processo Civil, requerer o

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, CPF nº XXXXX, com endereço na XXXXX, CEP XXXX, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

A Defensoria Pública do Distrito Federal atuou na defesa dos interesses de **FULANO DE TAL** na presente ação de Embargos de Terceiro.

Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados na inicial para desconstituir a penhora incidente sobre o veículo objeto dos autos.

Em razão da sucumbência, o primeiro embargado foi condenado em honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor atualizado da causa.

Operou-se o trânsito em julgado em **XX/XX/XXXX**.

Tendo em vista que, até a presente data, não houve o pagamento voluntário da obrigação referente aos honorários sucumbenciais, necessário se faz requerer o presente cumprimento de sentença.

Conforme cálculos que se seguem, o valor atualizado da condenação referente aos honorários sucumbenciais perfaz o montante de **R\$ XXXXX**.

Correção Monetária

Atualizado até: XX/XX/XXXX

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: XX/XX/XXXX

Percentual de Juros: 1,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+ Juros R\$
XX/XX/XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXX %	XXXX	XXXX
Subtotal						XXXX

Acessórios

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 10,00%	XXXXX

Em face do exposto, requer:

a) a intimação do executado para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do montante apontado no cálculo sob pena de acréscimo de multa no importe de 10% sobre a condenação, nos termos do art. 523 do CPC, que deverá ser transferido em favor do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal -

PRODEF (art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), e depositados no Banco XXXXXXXXXXXX, PRODEF;

b) em caso de descumprimento do item anterior, requer que:

b.1) seja aplicada a multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC;

b.2) sejam arbitrados honorários advocatícios em 10% da condenação;

b.3) seja efetuada penhora sucessivamente por meio do sistema BACENJUD, RENAJUD, expedição de mandado de penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação da execução.

Dá-se à causa o valor R\$ XXXX.

Pede e espera deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensora Pública

FULANO DE TAL
Mat. XXXXX